



2017/2226(INI)

5.12.2017

PROJETO DE PARECER

da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

dirigido à Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

sobre o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas:
Análise Anual do Crescimento para 2018
(2017/2226(INI))

Relator de parecer: Nuno Melo

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar insta a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Salienta que o debate do Semestre Europeu é particularmente importante, atendendo à necessidade de encontrar um novo modelo de desenvolvimento, para as reformas estruturais e os investimentos seletivos, investindo em domínios estratégicos;
2. Congratula-se com a proclamação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, na Cimeira Social para o Emprego Justo e o Crescimento, em Gotemburgo, com base em 20 princípios, tais como o estabelecimento de cuidados de saúde, relativo ao direito a aceder a cuidados de saúde de qualidade preventivos e curativos a preços comportáveis;
3. Insta a Comissão e os Estados-Membros a redobrem os seus esforços no domínio do desenvolvimento, da reforma e da aplicação eficaz de políticas que visem a promoção da saúde e a prevenção de doenças, nomeadamente com o apoio técnico do Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) da Comissão Europeia;
4. Congratula-se com a iniciativa da Comissão Europeia em lançar o portal Web dedicado à promoção da saúde e à prevenção de doenças, que fornece informações atualizadas sobre tópicos relacionados com a promoção da saúde e do bem-estar, uma fonte importante de informações claras e fiáveis para os cidadãos;
5. Salienta a necessidade, no âmbito da revisão do Mecanismo Europeu de Proteção Civil, da criação efetiva de uma reserva de recursos de proteção civil complementares dos recursos nacionais, para uma resposta da UE em matéria de proteção civil, que reforce a capacidade de resposta comum europeia a catástrofes, tais como incêndios florestais;
6. Apela a uma maior coerência com outras políticas da UE no domínio da prevenção e preparação para catástrofes, tais como a estratégia da UE para a adaptação às alterações climáticas, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, o Fundo de Solidariedade, a legislação ambiental e as políticas de investigação ou de inovação;
7. Salienta que fenómenos extremos, tais como a seca nos países do Sul da Europa, furacões ou inundações catastróficas, exigem que os signatários do Acordo de Paris reforcem a sua ambição de atingir os objetivos estabelecidos;
8. Exorta a Comissão Europeia a criar uma verdadeira estratégia de proteção e gestão sustentável das florestas, para contribuir para o combate aos efeitos das alterações climáticas.